

AS REDES GEOGRÁFICAS NA FRONTEIRA DA AMAZÔNIA*

Ricardo José Batista NOGUEIRA**

Universidade Federal do Amazonas

Resumo

Este artigo é resultado de uma pesquisa que teve por objetivo identificar a estruturação de determinadas redes existentes na região Norte do Brasil, principalmente no Estado do Amazonas. Elegemos determinadas redes cujo nó principal está na fronteira do Brasil com a Colômbia, especificamente no ponto de contato que é composto pelas cidades de Tabatinga, no Brasil e Leticia. Além da identificação das redes selecionadas – transporte, telecomunicações comercialização de pescado e comercialização de madeira – a pesquisa procurou compreender a integração dos lugares por elas articuladas, as escalas de atuação de cada uma delas e a participação dos agentes envolvidos.

Acreditamos que as conclusões das pesquisas, como produto final, poderão servir de parâmetro para, em primeiro lugar, a construção de uma idéia mais próxima da realidade da organização do espaço regional/internacional, e, em segundo lugar, como decorrência desta realidade, servir de base para a definição de políticas voltadas para o Estado, e mais especialmente, para a região fronteira.

Palavras-chave: Redes, Fronteira, Amazônia

Abstract

This article is a result of a research that had as objective identifies the structure of some nets existed in the north region in Brazil, mainly in Amazonas state. We choice some nets which the main knot is in the frontier of Brazil with Colombia, specifically in the point of the contact that is composed by the cities of Tabatinga in Brazil and Leticia. Beyond the identification of selected nets – transports, telecommunications, trading fishes and wood – the research looked for understand the integration of places articulate by that nets, the scadules of action in each one and the participation of the agents involved.

We believe that the conclusions of the researchs, as a final product, can serve as parameter for, at first, the construction of an idea more close to the reality of the organization of regional / international space, and, at second, as a result of this reality, to surve as a base for a definition of politics turned to the state, more specifically to the frontier region.

Key words: nets, frontier, Amazonas.

Introdução

Este artigo é resultado de uma pesquisa que teve por objetivo identificar a estruturação de determinadas redes existentes na região Norte do Brasil, principalmente no Estado do Amazonas. Elegemos determinadas redes cujo nó principal está na fronteira do Brasil com a Colômbia, especificamente no ponto de contato que é composto pelas cidades de Tabatinga, no Brasil e Leticia, na Colômbia, pois a extensão da linha fronteira possui

cerca de 1.600 quilômetros. Cidades gêmeas, compartilham, repartem, dividem e são pontos terminais de algumas redes por nós identificadas. Este trabalho é fruto de atividades de pesquisa financiada e desenvolvidas com apoio de bolsistas.

Além da identificação das redes selecionadas – transporte, telecomunicações comercialização de pescado e comercialização de madeira – a pesquisa procurou compreender a integração dos lugares por elas

articuladas, as escalas de atuação de cada uma delas e a participação dos agentes envolvidos.

Acreditamos que as conclusões das pesquisas, como produto final, poderão servir de parâmetro para, em primeiro lugar, a construção de uma idéia mais próxima da realidade da organização do espaço regional/internacional, e, em segundo lugar, como decorrência desta realidade, servir de base para a definição de políticas voltadas para o Estado, e mais especialmente, para a região fronteira.

Redes e Fronteira

Eleger como tema principal da pesquisa as redes geográficas implicou, antecipadamente, uma discussão com os bolsistas a cerca deste conceito e sua importância para compreender a dinâmica territorial. Uma definição ancorada em Corrêa (2001) indica que as redes geográficas constituem um “conjunto de localizações geográficas interconectadas por um certo número de ligações”. Estas redes podem ainda, segundo o autor, ser formadas por empreendimentos privados, que a partir de sua sede estabelece uma série de ramificações por diversas localidades para assegurar a produção de determinada mercadoria. As redes podem também ser constituídas por entidades governamentais que procuram difundir a ação do Estado por toda sua área de jurisdição, como por entidades religiosas a exemplo da Igreja Católica que instalam seus templos cada um com uma respectiva área de atuação. Pode-se perceber por estes exemplos que os objetivos das redes não são necessariamente os mesmos, porém o que termina por dar identidade às mesmas é o fato de serem constituídas por **pontos ou nós** que

geralmente apresentam uma hierarquização por onde passam ou circulam os **fluxos** na forma de mercadorias e informações, as ordens e normas. Estas, por outro lado, dependendo da intensidade, do número de ligações, com que circulam entre as localizações, refletem a importância de cada ponto no interior da rede.

As redes geográficas apresentam também uma dimensão espacial e podem ser locais, regionais, nacionais e global. Sua expressão espacial, portanto, será decorrência do tipo de atividade que abriga.

A constituição de diversos tipos de redes não é algo inerente ao período moderno, pois a estruturação de impérios na antiguidade com largas extensões territoriais necessitava de formas de controle que conjugava caminhos e pontos de vigilância articulados a partir de mensageiros. Do mesmo modo, as guildas estabeleciam redes de comercialização integrando os pontos distantes entre fornecedores e consumidores.

É importante destacar, porém, que apesar da sua antiguidade, a formação de redes só começou a mudar substancialmente sua expressão territorial a partir do surgimento do sistema de comunicação através do telégrafo e posteriormente do telefone, uma vez que isso permitiu articular lugares que não possuíam ligações físicas com outros numa velocidade maior que a anterior. A desmaterialização da informação se constituiu numa grande ruptura para a noção de tempo-espaço, ocorrendo, como afirma Harvey (1996) uma compressão espaço-temporal.

Se a pesquisa sobre redes nos remete à integração, articulação, fluxo, movimento, pesquisar a estruturação de redes numa região de fronteira poderia apresentar alguns

problemas, visto que a fronteira representaria uma barreira ao movimento, uma disjunção.

Rigorosamente a fronteira dos Estados-territoriais possui como função primordial regular e controlar este movimento. Embora as fronteiras apresentem esta característica comum, as diferenciações são enormes pois vão depender da interação existente entre os Estados que compartilham a linha divisória e da tipologia apresentada por ela, que pode ser natural ou artificial, ocupada ou despovoada, tensa ou tranqüila, etc.

Assim, a pesquisa sobre redes geográficas desenvolvida na fronteira do Brasil com a Colômbia não pode deixar de reconhecer a caracterização específica desta fronteira que descreveremos a seguir.

Uma primeira caracterização apontada é o fato de abrigar um par de cidades – cidades gêmeas – que, sendo também fronteira seca, permite uma maior facilidade de fluxos entre os habitantes aí residentes. Na escala local, compartilham da vida comum, apropriando-se das diferenças estabelecidas entre as cidades, que também são decorrências de políticas próprias a cada Estado-nacional. Um caso claro é a diferença entre a taxa de juros ou do piso salarial nacional. Ainda nesta escala é importante destacar a condição de centralidade que estas duas cidades, conjuntamente, exercem sobre seu entorno, irradiando suas ações basicamente a partir da rede de transporte fluvial. Na escala nacional, não se pode desprezar a extensão territorial e a forma como cada uma delas participa da rede urbana brasileira e colombiana naquilo que diz respeito aos fluxos comerciais, bancários e de informação.

Uma segunda caracterização desta região fronteiriça é a sua forte dependência da

exploração dos recursos naturais. No final do século XIX já era ponto de extração e comercialização de borracha; no final do século XX, a pesca e a madeira constituem atividades essenciais para esta área. Sendo produtos voltados para a exportação, a formação de redes necessita de outra representação cartográfica, visto que o circuito produtivo ultrapassa a escala local e mesmo nacional.

Uma terceira caracterização é a própria condição locacional de ser fronteira, e, por isso mesmo, abrigar aparatos institucionais civis ou militares do Estado nacional. Além disso, não se pode esquecer que a condição política interna a cada país pode exigir, de seu vizinho, ações específicas para a fronteira. Neste caso é nítida a expansão do aparato institucional brasileiro em Tabatinga em virtude do conflito interno colombiano que, segundo se afirma, pode transbordar para o lado brasileiro. Foi justamente em função desta condição locacional que acreditamos ser importante compreender a estruturação das redes de telecomunicações existentes.

Esta resumida caracterização deixa de fora outras que marcam a zona de fronteira, porém são suficientes para o esclarecimento da opção realizada para analisar as redes geográficas como mostraremos a seguir.

Como dissemos, a região que foi objeto de pesquisa tem na exploração dos recursos naturais sua base de sustentação econômica, pautada no pescado e na exploração de madeira. O circuito produtivo gerado por estas atividades exige a estruturação de uma rede de comercialização bem articulada que pode ser compreendida em diversas escalas geográficas – da local à global – onde participam diferentes agentes sociais. Esta rede de comercialização apresenta uma dimensão organizacional que

combina formalidade e informalidade, e está, evidentemente, associada à rede de transporte que assegura a circulação dos produtos. Esta rede apresenta uma relação contraditória com a fronteira visto que sua realização completa ora reconhece, ora desconhece os limites nacionais.

A identificação da rede de transporte envolveu um levantamento do transporte fluvial local, regional e internacional; do transporte aéreo nacional e do transporte urbano que é também internacional. A singularidade da rede de transporte nesta região é marcada pela total ausência da modalidade rodoviária. Tanto pelo lado brasileiro quanto pelo lado colombiano, as conexões com os outros lugares só podem ser efetivadas por via fluvial ou aérea, apresentando, por isso mesmo, uma dicotomia extrema de tempos, pois são modalidades que estão nos extremos da velocidade. Ao contrário da rede de comercialização, a rede de transporte nesta fronteira é totalmente desintegrada, pois ambas as cidades constituem-se em “ponto final” da linha. A clara exceção é o transporte urbano/internacional, cujo objetivo é a integração urbana.

Enfim, a rede de telecomunicações. Procurou-se identificar os tipos de meios de comunicação e sua expressão na região de fronteira. Rádios, emissoras de televisão e rede telefônica foram os objetos identificados. Aqui ficou mais evidente a importância geopolítica destes meios, pois são responsáveis pela difusão instantânea, imediata do vínculo nacional. A fronteira para estes meios é tão invisível como as próprias ondas de rádio. Porém, o que importa aí é saber a origem das redes e a área de abrangência.

As redes de transportes

A modernização dos meios de transportes, em praticamente todas as suas modalidades, permitiu uma substancial alteração nas referências de tempo e espaço. Ampliação da capacidade de passageiros e cargas e aumento da velocidade asseguraram a expansão da mobilidade de pessoas e mercadorias. Embora este fenômeno não tenha se difundido por todos os cantos do planeta, na medida em que tais condições de realização só se tornam possíveis em determinadas condições, deixando patente a seletividade espacial, é possível perceber que a organização do sistema de transporte apresenta mecanismos semelhantes operação em todos os lugares, pautados, basicamente, pela densidade populacional. A partir dela pode-se definir, por exemplo, o equipamento, a frequência, o percurso, etc.

Com este direcionamento buscamos compreender a organização do sistema de transporte numa região de fronteira, o que implica em trabalhar com mais uma variável, por sinal, significativa, na medida em que aí, os fluxos geralmente sofrem rupturas. Paradoxalmente, porém, observa-se que quanto mais local é o transporte, isto é, quando organizado na escala local, mais insignificante é a fronteira, menos opaca e menos rígida.

Definimos o estado do Amazonas como um estado ribeirinho em função da forte dependência da rede fluvial para a mobilidade regional (NOGUEIRA,1999). Esta condição permanecerá tendo uma importância muito grande visto que outras modalidades de transporte, como o rodoviário e o aéreo não se difundirão rapidamente pelo território.

A forma de organização do empreendimento da navegação fluvial é

caracterizada pela preponderância do pequeno proprietário de embarcação, que possui apenas um barco, cumprindo uma linha regularmente. É importante salientar que, diferente de outras modalidades de transporte público, em que o estado impõe uma regulamentação, neste segmento apenas a Capitania dos Portos atua no sentido de garantir a segurança dos passageiros, não tendo autonomia para facilitar ou impedir o ingresso de novos operadores.

Embora a Amazônia possua a maior bacia hidrográfica do mundo, a oferta de serviço de transporte fluvial apresenta uma concentração muito forte na sua calha central, o eixo formado pelo rio Amazonas/Solimões, historicamente a principal via de circulação. É aí que se encontra o maior número de cidades da região. Secundariamente aparece o rio Madeira, o rio Negro, o rio Purus e o rio Juruá.

O trabalho desenvolvido na região fronteiriça procurou identificar os principais operadores de transporte fluvial e seus fluxos. Na escala nacional estão presente operadores do Brasil, com barcos que saem de Manaus com destino à cidade de Tabatinga e Benjamin Constant, transportando passageiros e cargas, fazendo escalas nas cidades ao longo da calha, sendo para muitas delas a única alternativa. O percurso de aproximadamente 1.300 quilômetros é vencido em sete dias de viagem. Do Peru saem barcos da cidade de Iquitos e tem como destino a mesma fronteira, numa distancia de aproximadamente 400 quilômetros. É possível também cobrir o percurso em lanchas rápidas. Da Colômbia, o transporte fluvial existente opera apenas na escala regional, no entorno fronteiriço. Sendo região de fronteira ficou patente a condição de “fim de linha” ou “ponto de encontro” e

transbordo para passageiros e cargas, esta em menor proporção.

Na escala local a rede de transporte fluvial é mais expressiva em quantidade de embarcações e mais diversificada. A modalidade principal é a travessia existente entre as cidades brasileiras de Tabatinga e de Benjamin Constant, realizadas por cerca de 40 lanchas (denominada de balieira) cuja capacidade media é de 08 passageiros. Seus operadores, oriundos das duas cidades, após conflitos internos em busca de passageiros, visto que não existe regulamentação, conseguiram organizar, ao seu modo, este sistema de transporte da seguinte maneira: lancha de operador de Tabatinga, ao chegar na outra cidade, entra na fila de operadores desta cidade. Do mesmo modo, o operador de Benjamin Constant. “Na terra a prefeitura manda, mas na água ela não pode interferir”, disse-me um dono de lancha, quando perguntado sobre o funcionamento deste segmento. Tal afirmação deixa evidente a existência de uma jurisdição territorial distinta, mesmo estando no interior do território de um município: ou seja, toda e qualquer atividade de transporte realizada sobre “a terra”, a cidade, está subordinada à prefeitura, todavia a realização da mesma atividade realizada nos rios escapa ao controle municipal, ficando subordinado à outra esfera, à Capitania dos Portos, ao governo federal.

Quanto à travessia para o lado peruano, da cidade de Benjamin Constant para o povoado de Islândia, os conflitos, que também existiam, foram 'regulamentados' pelos próprios operadores quando definiram que brasileiro só pode levar passageiro ao Peru; e no sentido inverso, o regresso, só o peruano pode transportar. Assim também está dividido

o trabalho entre aqueles barcos que realizam a travessia entre Tabatinga e o povoado de Santa Rosa, no Peru.

Na escala local encontra-se ainda o serviço de transporte urbano internacional, realizado por cerca de 40 veículos entre as cidades de Tabatinga e Letícia. Diferente do fluvial, apresenta uma regulamentação definida por ambas prefeituras que estabelece a tarifa em reais (R\$) e em pesos (PC\$) e a rota a ser cumprida. Rigorosamente, cada cidade possui 20 operadores, porém nas negociações entre eles há um predomínio de proprietários colombianos. É neste segmento que fica mais claro a “inexistência” da fronteira, com os veículos circulando de lado a lado sem distinção de língua e moeda: aceita-se como pagamento ambas moedas e a língua falada no interior do veículo é compreendida por todos.

Mais importante, porém, que o transporte urbano em 'kombis' ou Vans, com capacidade média de 10 passageiros, é o transporte realizado por motociclistas, os 'moto-taxistas', difundido hoje por todas as pequenas cidades do país, e que na Amazônia não seria diferente. Organizados em associações e controlado pela prefeitura de Tabatinga, este sistema é composto por aproximadamente 500 motociclistas que não são permitidos ingressarem na cidade-gêmea Letícia.

Já dissemos que este ponto de convergência de fluxos na fronteira é marcado pelo fato de ser 'fim de linha' de algumas redes. Assim também, e mais definido ainda, são os fluxos aéreos. Deve-se destacar, em primeiro lugar, que cada cidade possui um aeroporto para receber aviões de grande porte¹, pondo em contato as respectivas cidades com outras da região e mesmo do país, o que confere um grau

de importância na rede aérea nacional. A cidade de Letícia possui uma quantidade maior de ligações com a capital do país (Colômbia), sendo atendida por pelo menos três companhias, além dos vôos cargueiros; ao contrário de Tabatinga, cuja ligação com a capital do país passa pela conexão em Manaus, sendo atendida por uma única empresa.

As redes de comunicação

A característica principal deste tipo de rede é de ser invisível, ou seja, sua difusão não necessita de uma materialização como ocorre com as redes rodoviárias, ferroviárias. Necessitam sim de pontos de apoio para transmissão e recepção das informações a serem disseminadas sobre um determinado território, e esta disseminação passa pela capacidade técnica das redes. Além dessa característica técnica, as redes de comunicação possuem inegável poder de influência sobre as áreas atingidas.

Percebemos que numa região de fronteira o significado das redes de comunicação é de procurar afirmar a presença nacional de ambos os lados. A fronteira para as redes de comunicação é tão invisível quanto as ondas de rádio, meio de comunicação essencial de difusão de informações.

Na região estudada conseguimos identificar a presença de redes de rádio e televisão cuja origem não é local. Isto nos remete a buscar compreender como Estado nacional, neste caso – Brasil, Colômbia e Peru – procura marcar presença em áreas distantes dos centros de poder.

Na cidade de Tabatinga a rádio existente é a Rádio Nacional, instituição do estado brasileiro, instalada ainda no período do regime militar com transmissores de alta

potência, capaz de atingir os mais longínquos lugares da Amazônia e ser um meio de informação e transmissão de notícias do centro do país para esta região. Recorde-se que Tabatinga é originária de um forte português do século XVIII e no século XX o estado brasileiro implantou uma colônia militar.

Esta rádio hoje não apresenta mais a mesma potência de transmissão, visto que deixou de operar em ondas curtas por conta mesmo do processo de sucateamento que empresas estatais passaram ao longo da década de noventa. Seu raio atual de abrangência não ultrapassa 10 quilômetros, atingindo apenas algumas comunidades rurais e a cidade vizinha de Leticia, onde tem grande número de anunciantes. Como todas as rádios no Brasil, ela também entra em rede nacional para a transmissão do popular programa oficial criado na década de 1940, a “Voz do Brasil”, momento em que a população brasileira tem notícias do Brasil. Outras rádios chegaram a operar nesta cidade em frequência modulada. Todavia, sem autorização do ministério das comunicações tiveram seus transmissores lacrados.

Ao contrário do sistema isolado de rádio, a Televisão nesta região faz parte mesmo de uma rede nacional, tendo uma antena retransmissora que, simultaneamente divulga todo o cotidiano das cidades do Sudeste do país (São Paulo), visto que não há programação local. O que é interessante indicar é que este sistema anula toda e qualquer mediação com a capital do estado, Manaus, deixando esta população fronteiriça 'órfã' de notícias da capital do Estado. Uma alternativa que vem sendo encontrada pelos moradores é a aquisição de antenas parabólicas, que apenas amplia a opções de canais, porém a ligação com

o local e o regional continua sem existir.

Do outro lado da fronteira, encontra-se na cidade de Leticia pelo menos três rádios privadas e uma rádio estatal cujo papel é divulgar informações anti-guerrilha. Também atuam em rede nacional sendo ligada à capital do país, Bogotá. As redes de televisão também estão presentes transmitindo sua programação a partir de Bogotá e de Medellín.

As rádios colombianas possuem grande capacidade de transmissão sendo ouvidas em largas faixas do território brasileiro. Por isso mesmo é que recentemente o governo brasileiro resolveu voltar a atuar nesta região utilizando as rádios como meio de presença nacional, além das forças armadas.

Enfim os jornais. Este meio de comunicação é mais resistente ao cruzamento de uma fronteira. Certamente a leitura, a língua, e os fatos, como dizem respeito a escalas não vividas pelos habitantes do outro país não fluem como os outros meios. Em termos de presença na região é importante destacar que a proximidade com o centro do país faz com que as ligações de Leticia com Bogotá sejam mais intensas, resultando numa distribuição de aproximadamente 2.000 exemplares de jornais de Bogotá nesta cidade. Já em Tabatinga, não existe distribuição regular de jornais oriundos de Manaus e sequer da capital do país, ou outro grande centro, Rio de Janeiro ou São Paulo.

Rede de comercialização de pescado

A bacia amazônica, pela diversidade de ambientes aquáticos que a compõe – rios, lagos, apresenta-se como uma região onde a exploração da pesca comercial tem gradativamente ampliado a sua atividade. O peixe, transformado em mercadoria, tem sido buscado em lugares cada vez mais distantes

dos grandes centros consumidores, como Manaus. Recurso natural móvel, não reconhece, evidentemente, fronteira alguma, sendo capturado numa margem ou em outra indistintamente.

Estima-se que o potencial de exploração para o Estado do Amazonas está em torno de 375.000 toneladas por ano. Estima-se ainda, que a pesca comercial gira em torno de 65.000 ton/ano e a pesca de ribeirão chega a 240.00 ton/ano.

O principal mercado consumidor do pescado amazonense é Manaus, onde são comercializados cerca de 60% de toda a produção capturada pela frota pesqueira do Estado. O outro mercado para onde se destina parte da produção é nacional, o qual vem apresentando um desempenho favorável, principalmente direcionado a São Paulo e Rio de Janeiro.

Quanto ao mercado internacional, os Estados Unidos são o principal comprador de pescado, mas também, apesar de haver poucos estudos e os dados estatísticos não serem precisos, a Colômbia é quem monopoliza a maior parte da comercialização de pescado na fronteira do Alto Solimões.

A propósito, deve-se esclarecer que o comércio de pescado, tanto para o mercado nacional, quanto para o mercado internacional são realizados por frigoríficos ou quartos gelados (câmaras frigoríficas improvisadas) – no caso do Alto Solimões – que atendem aos padrões de qualidades exigidos pelos países compradores.

Os dados levantados na fronteira Norte do Brasil, Colômbia e Peru, sobre a extração, comercialização do pescado; e suas alternativas econômicas para a região, tiveram como objetivo obter informações através de

entrevista com pescadores, comerciantes e de dados estatísticos da quantidade do peixe exportado para a Colômbia (em Letícia e Tabatinga), e com isso identificar de onde se extrai, e para onde vai esse pescado; suas principais redes de comercialização no Brasil e na Colômbia; quais os meios de transportes utilizados, e as cidades de onde esses pescados se originam.

A pesca no Alto Solimões tem um caráter comercial, hoje a captura que compõem estas pescarias é constituída principalmente por “peixes lisos”, como são conhecidos grandes bagres, ou peixe sem escamas, (Siluriformes da família Pimelodidae) os maiores representantes desta ordem na Amazônia. A pesca de outros espécimes, como peixes de escamas – Osteoglossidae (Jaraqui, Curimatã, Tambaqui, Matrinxã, Pacu e etc.), não tem um caráter tão comercial quanto os lisos, sendo para consumo próprio do pescador ou comercializados em sua maioria nas feiras e mercados das cidades dessa região fronteiriça.

A pesca do peixe liso na Bacia Amazônica, de Santarém, no Estado do Pará (Baixo Amazonas) até o Alto Amazonas tem várias semelhanças entre os atores e cenários identificados: 1) pesca realizada por moradores/pescadores/produtores ribeirinhos dispersos nas áreas de várzea; 2) maior concentração de pescadores próximos aos centros urbanos como demandadores do produto da pesca; 3) uso das malhadeiras à deriva como principal apetrecho de pesca; 4) presença do atravessador ou intermediário; 5) consumidor representado principalmente pelos frigoríficos.

A cidade de Tabatinga enfrenta muitas dificuldades em sua estrutura pesqueira. A cidade tem uma importância fundamental na

fronteira. Ela é o ponto de ligação do Brasil com a Colômbia. Todo o peixe que é exportado para a Colômbia, passa por Tabatinga, seja legal ou ilegal.

A falta de uma boa infra-estrutura em frigoríficos e fábrica de gelo faz com que os pescadores brasileiros submetam-se às especulações comerciais dos colombianos. Por falta de uma fábrica de gelo os pescadores do Brasil são obrigados a comprar o gelo colombiano. O preço do gelo é ditado pela demanda do pescado. Na safra do peixe-liso (vazante/seca – agosto/novembro) o preço do gelo tem sua cotação em baixa; enquanto que na entre safra do peixe-liso (enchente/cheia – janeiro/junho) o preço do gelo chega a sua mais alta cotação. A falta dessa infra-estrutura também é percebida na fiscalização. Os pescadores que vendem seus peixes em Letícia têm que estacionar seus barcos no porto da cidade de Tabatinga para a fiscalização (IBAMA e Aduana Receita Federal). Apesar disso, o presidente da colônia dos pescadores afirma que muito desses barcos não passam por essa fiscalização, sendo, muitas vezes, os pescados transportados para a cidade vizinha (Letícia na Colômbia).

Tabatinga é a ponte de todo o pescado capturado no Alto Solimões e de outras regiões do Amazonas com os colombianos. Vários são os municípios amazonenses que exportam seu pescado, formando uma verdadeira rede de comercialização desses produtos com a Colômbia. Dos municípios que mais exportaram no ano de 2003 foram: Tefé, Coari, Japurá, e Manaus.

Letícia, na Colômbia, é responsável pela exportação de quase todo o peixe de couro pescado no Alto Solimões e em outras regiões do Amazonas, em território brasileiro. O Alto

Solimões é responsável, por boa parte do peixe distribuído na Colômbia, tanto os peixes frescos quanto os peixes secos, que são consumidos pelos colombianos já há muito tempo. A atividade pesqueira com algum caráter comercial (venda de peixe seco) na Amazônia colombiana remonta aos anos cinqüenta, como uma prática adicional ao comércio da borracha. Já nos últimos 30 anos, com a implementação de linhas aéreas que permitem o transporte da produção de pescado para as principais cidades colombianas do país, a pesca, antes praticada somente para subsistência, passou a ser a principal atividade econômica desenvolvida pelos habitantes da região.

Os colombianos compram peixe tanto do Brasil quanto do Peru, e as fronteiras pesqueiras do Brasil, Colômbia e Peru estão compartilhando a exploração do mesmo estoque de piramutaba (*Brachyplatystoma flavicans* e *B. vailanti*).

Na fronteira, os colombianos e os peruanos, pescam no lado brasileiro, sem nem uma fiscalização do Estado ou órgãos competentes. Barcos frigoríficos (em torno de 10, segundo a direção da Colônia de Pescadores de Tabatinga) de procedência colombiana, mas com tripulação brasileira, adentram os rios e lagos do Alto Solimões em busca de comprar os peixes lisos capturados pelos pescadores ribeirinhos.

Em Tabatinga, a falta de um frigorífico traz muitas dificuldades aos pescadores, diferentes da maioria das cidades onde a pesca do bagre é intensa, e há sempre a presença de um frigorífico na proximidade onde se realiza a compra e o beneficiamento do pescado. Dessa forma, a região do alto Solimões “é que apresenta alguma diferença em relação às

outras, não existindo frigoríficos beneficiadores e sim câmaras frigoríficas denominadas “Quartos Frios” ou “Bodegas” onde são usadas principalmente para o congelamento e armazenamento do pescado”. Na cidade de Letícia, esse fenômeno é mais visível em sua orla fluvial.

O peixe comprado em Tabatinga chega a esses “Quartos Frios” onde não existe um beneficiamento como, corte em posta, file de pescados e embalamentos desses produtos (frigoríficos do Médio Amazonas) e sim apenas o evisceramento e o descabeçamento do pescado para o congelamento e armazenamento. Feito esse processo o pescado é exportado para as principais cidades colombianas via aérea, formando uma rede de comercialização, que começa no Brasil e se espalha pelo território colombiano.

A comercialização do peixe ornamental à primeira vista pode não parecer importante, mas representa considerável fonte de divisas para o Estado do Amazonas, sendo a mais importante do país. As principais áreas produtoras estão localizadas nos municípios de Barcelos, São Gabriel, Santa Izabel do Rio Negro e Novo Airão, todos situados no Rio Negro. O município de Barcelos é o maior exportador de peixes ornamentais do Estado e País, gerando um faturamento de R\$ 6 milhões por ano apenas com a exploração sustentável desta atividade.

No Alto Solimões, a comercialização do peixe ornamental vem crescendo influenciada pelo bom preço pago pelos colombianos e com apoio do Governo Federal. Os pescadores estão cada vez mais se especializando nesse tipo de captura. O pescador vê na atividade da pesca do peixe ornamental uma alternativa de sobrevivência, pois segundo eles a região não

oferece muitas oportunidades de trabalho, fazendo com que muitos trabalhadores, na sua maioria, ex-trabalhadores da extração de madeira (mateiros) e de serraria, passem a prática de forma predatória a captura dos peixes ornamentais e não ornamentais.

Na sua maioria, esses peixes ornamentais, são capturados no Amazonas e comercializados com os colombianos, para depois serem exportados, como peixe de origem colombiana, para todo o mundo. Assim, por terem uma valorização maior que as outras espécies nos mercados internacionais, eles estão sofrendo uma predação desordenada por parte do homem.

O peixe ornamental extraído do Brasil ilegalmente, hoje faz uma trajetória espetacular, formando uma verdadeira rede comercial, até chegar ao consumidor final. Os colombianos compram os peixes ornamentais de pescadores brasileiros que vendem cada peixe (alevinos no caso da Aruanã) de R\$ 0,20 a R\$ 1,00 dependendo do tamanho, que são levados para a cidade Fronteira de Letícia – Colômbia, de onde são comprados por empresas especializadas com sede em Bogotá, de U\$\$ 4,00 a 5,00 e são exportados de Bogotá para o resto do mundo entre U\$\$ 12,00 a 15,00. Dependendo de cada continente, o preço varia, chegando a ser negociado ao consumidor final, nos Estados Unidos de U\$\$ 35 a 50; na Ásia de U\$\$ 70 a 100 e na Europa de 80 a 120 Euros.

Rede de comercialização de madeira

Um dos principais recursos naturais da região amazônica é a sua floresta. Percebida durante muito tempo como uma fonte inesgotável de acumulação de capital a partir da exploração madeireira, esta atividade tem sofrido inúmeras ações dos estados nacionais

que compartilham a região amazônica no sentido de restringir e mesmo proibir sua exploração. Diferente do peixe, este recurso natural sendo fixo, está dentro de um território, porém, o seu usufruto, após a exploração, é resultado da rede de comercialização que existe, podendo ser local, ou não. Numa região de fronteira, onde as margens dos rios separam legislações diferentes sobre a exploração madeireira, seria estranha a inexistência de irregularidades, daí a necessidade de regulamentação e fiscalização.

A rede formada na Tríplice Fronteira Amazônica, na Mesorregião do Alto Solimões, é bastante dinâmica entre os três Estados Nacionais que a formam. No entanto, o maior dinamismo situa-se entre as cidades de Tabatinga e Benjamin Constant, no Brasil, e a cidade de Letícia, na Colômbia, principalmente em relação a algumas atividades extrativistas como é o caso dos extrativismos da pesca e da madeira.

Capital do Departamento do Amazonas, localizada na região sul da Colômbia, Letícia é a representante colombiana na fronteira e pólo centralizador de muitas atividades extrativistas existentes na região. O órgão oficial do Estado Colombiano responsável pelo desenvolvimento sustentável do sul da Amazônia é o CORPOAMAZONIA, regional Amazonas. Esta instituição pública é subordinada ao Ministério do Meio Ambiente da Colômbia que foi criado pela lei 99 de 1993 como organismo responsável da Gestão do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. Quando necessário esta instituição governamental realiza fiscalizações para combater irregularidades e crimes ambientais, aplicando sanções e processos criminais. Para isso conta com o apoio de um

corpo especializado de polícia ambiental e forças armadas.

A exploração madeireira é extremamente difusa, sendo realizada em diversos pontos da região fronteiriça, do lado brasileiro, peruano e colombiano. Estão envolvidos nesta rede diversos agentes sociais que vão desde o pequeno extrator, que pode realizar o serviço por conta própria para vender a intermediários e madeireiras, ou atuar como empregado de empresas madeireiras e exportadores.

Quem é o extrator? O extrator é o sujeito que geralmente mora nos rios e tem conhecimento dos tipos de madeiras e mesmo de seu valor comercial. Percorre a floresta e margens dos rios identificando as espécies, visto que cada uma delas possui uma característica (densidade da madeira) o que possibilita usos distintos como para construção civil, navegação, utensílios domésticos, etc.

A exploração madeireira por parte deste pequeno extrator é regulada pelo Corpoamazônia, que concede licença de exploração dentro de áreas sob sua jurisdição, as AFP (Área Florestal Produtora). É a partir da concessão do *Permiso* que ele pode ingressar na floresta e realizar a exploração de determinada espécie e dentro do tamanho mínimo estabelecido (80 cm de diâmetro). Para exploração em áreas particulares o órgão colombiano expede uma *Autorizacion*.

Esta regulamentação, na área de jurisdição do CORPOAMAZONIA, localizada em Tarapacá e outra no município de Puerto Nariño, foi criada com o intuito de incentivar o extrativismo de madeira para desenvolvimento da região atuando em processos legais, inventários, aproveitamento madeireiro e como forma de estancar a entrada de madeireiros colombianos em território

peruano para retirada ilegal de madeira. Assim se consolidou um Plano de manejo para o uso sustentável da floresta que exige ainda a plantação de 20 árvores da mesma espécie para cada metro cúbico extraído.

Uma vez concedido o Permiso e/ou Autorización por CORPOAMAZONIA, a área a ser explorada é dividida em partes iguais de até 500 hectares denominadas Unidade de Corte Anual (UCA). As autorizações ou permissões dadas por CORPOAMAZONIA para extração de madeiras estão justamente vinculadas a cada UCA, tendo essa autorização validade de exploração por 01 ano. Após isso perde-se a validade da autorização, sendo então constituído um novo processo para autorização ou permissão de outra unidade de corte anual, sempre com validade de um ano. Na UCA em que foi realizada a colheita das madeiras no ano anterior será feita o reflorestamento com plantas da mesma espécie que foi retirada e fica sem sofrer qualquer tipo de exploração por no mínimo 25 anos para que a floresta se recupere.

Enfim, para evitar maiores desperdícios no processo de extração, a madeira é cortada em pranchas com motos serras, ainda no interior da floresta, e transportada por trabalhadores contratados até balsas que transportam as pranchas de madeiras via fluvial até Letícia. Todo esse trabalho braçal é necessário uma vez que não é permitido o uso de máquinas tipo tratores para transporte das toras até o rio, pois os danos ocasionados pelos tratores na floresta seriam muito maiores.

Todas as madeiras retiradas da área de Manejo Florestal são levadas via fluvial para Letícia de onde são enviadas para outros departamentos do País e de lá são exportadas para diversas partes do mundo, através dos

portos de Barranquilla e Santa Marta.

A rota seguida no transporte das madeiras, objeto de Manejo Florestal e importação, é feita toda por via fluvial, partindo de Letícia. É justamente nesse ponto que se encontra um grande problema para a Colômbia. Como não há rodovia interligando Letícia ao resto do País, somente a partir de Puerto Asis é que há esse recurso, é necessário que a madeira que sai dessa cidade, via fluvial, entre em águas territoriais brasileira através do Rio Solimões até o município de Santo Antônio do Içá. Então sobe o rio Içá, afluente do Rio Solimões, e entra na Colômbia pelo rio chamado Putomayo (denominação que o rio Içá recebe em território colombiano) para, a partir daí, navegar em direção à montante quando então chega ao município de Puerto Asis.

Aqui vale salientar que há um acordo entre Brasil e Colômbia autorizando este último a navegar em águas brasileiras. Entretanto de acordo com o diretor do CORPOAMAZONIA são comuns problemas envolvendo embarcações colombianas e a Polícia Federal brasileira durante seu trajeto até atingir o Rio Putomayo, em consequência das ações de combate ao contrabando de drogas que afeta a região dessa tríplice fronteira como um todo.

Sobre o processamento da madeira extraída, já realizado por outro agente da cadeia de comercialização, é importante dizer que em nenhum dos municípios de onde se fazem o manejo florestal da madeira, ou para onde as madeiras são levadas (Tarapacá, Puerto Nariño e Letícia) há serrarias para beneficiamento e com isso agregar valores à madeira. Existem somente marcenarias em Letícia que produzem para o comércio local e

alguns poucos pontos de venda de madeira serrada importada das cidades de Benjamin Constant e Islândia, no Peru.

A partir de Puerto Asis a rede de transporte da madeira se faz por rodovia onde são enviadas ao restante do País e exterior. A

Colômbia exporta madeira para diversos países como EUA, Espanha, Japão, Índia, União Européia entre outras nações.

As espécies de madeira mais conhecidas e comercializadas na Colômbia são²:

Figura 01 - Madeiras mais conhecidas e comercializadas na Colômbia

NOME	NOME CIENTÍFICO	USOS
CEDRO	<i>Cedrella odorata</i>	Movéis, portas, janelas, triplex.
ABRACO	<i>Cariniana piriformis</i>	Carrocerias, vigas, colunas para construções.
ACAPU	<i>Minguartia guianensis</i>	Esteio para cercas, tábuas para pisos.
QUINILLA	<i>Manilkara bidentata</i>	Pisos para pontes, tábuas para pisos vigas para construções e casas em ambiente alagados.
CHIMBILLO	<i>Ingá sp.</i>	Móveis e botes.
ALMENDRO	<i>Terminalia sp.</i>	Madeiras para estribos.
CANELO	<i>Ocotea sp.</i>	Parede, portas, janelas e móveis.
ACHAPO	<i>Cedrelinga atenaeformis</i>	Tábuas para revestimento de interiores, móveis e botes.
CASTAÑO	<i>Corupira teaphesis</i>	Construção de casas, botes e pisos.

FONTE : CORPOAMAZONIA.

Organizado pelo autor,2006.

Elevada a categoria de capital quando da criação do Departamento Del Amazonas na década de 90 do século passado, não resta dúvida que a cidade de Letícia é o pólo centralizador de uma grande área localizada em território de três estados nacionais. Dentro de território brasileiro tal influência se irradia em toda a mesorregião do Alto Solimões chegando inclusive na cidade de Tefé, no Médio Solimões, onde muitas atividades extrativistas ali exploradas (como o extrativismo da pesca) são realizadas com a única finalidade de se vender a produção para Letícia.

Com base econômica mais voltada para o comércio e serviços dos diversos órgãos estatais que nesse município se instalaram desde quando ainda era uma comarca do município vizinho de Benjamin Constant, a cidade Tabatinga (que juntamente com Letícia

formam uma conurbação na fronteira) não tem tradição em extração de madeira para comercialização e aparentemente não há interesse por parte dos empresários locais para criação de reservas de Manejo Florestal.

Isso pode ser percebido pelo fato de que, quando o governo estadual começou a receber projeto de planos de manejos florestal dentro do programa PMFSPS (plano de manejo florestal sustentável com procedimentos simplificados), os municípios de Tabatinga e Tonantins foram os únicos a não apresentarem propostas para tais projetos.

Talvez pelo fato de que cerca de 90% do Território Tabatinguense esteja em reservas indígenas, não estimule os investidores locais a atuarem nesse ramo de atividade. Porém uma outra experiência, no ramo da piscicultura, estão em andamento, incentivado pela Diocese, para criação de alevinos para consumo. Pode-

se observar nas feiras os peixes oriundos da criação em açudes particulares justamente para este fim.

Tabatinga tem sua receita agregada aos empregos e impostos gerados pelo comércio e empregos no funcionalismo público, tanto municipal, estadual quanto federal na esfera civil. A outra fonte de receita de Tabatinga é oriunda dos gastos realizados pelos militares das forças armadas que mantém bases instaladas nesse município, bem como seus familiares.

Em Tabatinga há somente depósitos de madeiras serradas compradas do município vizinho de Benjamin Constant, onde há serrarias. As madeiras mais comercializadas são: louro, cedro, castanha, jacareúba, entre outras.

Aparentemente todas as madeiras compradas em Benjamin Constant são utilizadas pela rede de marcenarias de Tabatinga para fabricação de móveis, mesas, armários, etc, agregando valor ao produto, sendo comercializado localmente. A própria Diocese tem uma marcenaria, porém não a utiliza comercialmente e sim em favor das igrejas católicas locais.

A economia de Benjamin Constant, ao contrário, sempre esteve atrelada às empresas madeireiras, que no auge de sua produção, em meados da década de 1990, já empregaram aproximadamente 1000 pessoas, entre empregos diretos e indiretos.

Com a criação de diversas reservas indígenas na região do Alto Solimões o município de Benjamin Constant ficou com 85% do seu território dentro de terras indígenas, assim como as áreas onde eram extraídas as madeiras.

Se por um lado criaram-se essas reservas

indígenas com a intenção de demarcar um território, como também conservar as culturas e os costumes das diversas etnias existentes nessa região, trouxe conseqüências para os municípios afetados por essas demarcações. Uma das conseqüências foi que nos anos de 1995/1996, das doze serrarias que funcionavam em Benjamin Constant, onze simplesmente fecharam as portas, tiveram seus produtos apreendidos e ficaram proibidos de extrair madeiras, pois as madeiras extraídas localizavam-se em áreas onde agora são reservas indígenas.

De acordo com relatos de ex-proprietários de madeireiras, à época da criação das reservas indígenas na região, representantes do Governo Federal, em reunião com donos das madeireiras, garantiram que todas as madeiras que já haviam sido colhidas, e estavam às margens dos rios esperando o período das cheias dos rios para transportá-las às serrarias, seriam autorizadas para beneficiamento no município e só após isso seria proibida a retirada de novas madeiras. No entanto, os madeireiros sentiram-se "enganados", pois quando estavam transportando as madeiras para Benjamin Constant a Polícia Federal e Ibama apreenderam todas as toras, ainda nos rios.

Por conta disso o prejuízo de somente um madeireiro, ocasionado com a apreensão das toras, foi de aproximadamente US\$ 40.000,00. Com a madeira proibida de ser retirada, as serrarias entraram em falência demitindo em massa e, como a base da economia do município era a extração e beneficiamento da madeira, a estagnação econômica atingiu os outros setores da economia fazendo com que o município

praticamente “parasite”.

Das doze madeireiras existentes somente a “madeira do Floriano”, como é conhecida localmente, continuou funcionando, mesmo precariamente. Donos de madeireiras, que eram homens bastante conhecidos em toda a região do Alto Solimões por serem donos de grandes madeireiras, como os srs. Vitor Magalhães, Chico Batista, a família Graça entre outros, faliram e suas empresas estão fechadas. Relata-se que muitos mateiros³ se envolveram com o tráfico de drogas devido a falta de empregos e alguns (aproximadamente 26 pessoas) estão presos em Manaus.

A única madeira que ainda funciona já teve sessenta funcionários e hoje conta com doze pessoas contratadas. Devido não ter matéria-prima para trabalhar o ano inteiro, essa madeira é frequentemente alugada para micro produtores beneficiarem pequenas quantidades de toras que são autorizadas pelo IBAMA à serem colhidas, impedindo assim que a base econômica do município não fique estagnada de vez. Ainda assim o IBAMA fiscaliza o cumprimento da lei que proíbe a extração de madeiras. A tabela abaixo mostra as espécies de madeiras mais comercializadas no município de Benjamin Constant:

Figura 02 - Madeiras mais comercializadas no município de Benjamin Constant

Nome Comum	Nome Científico	Família
Andiroba	<i>Carapa guianensis aublet</i>	Meliaceae
Loro	<i>Nectandra pichurim mez</i>	Lauraceae
Marupá	<i>Simaruba amara aublet</i>	Simarubaceae
Cedrorana	<i>Cedrelinga catenaeformis ducke</i>	Meliaceae
Angelim	<i>Hymenolobium sericeum ducke</i>	Fabaceae
Castanha de Paca (cedrinho)	<i>Cedrela huberi ducke</i>	Meliaceae
Jacareúba	<i>Calophyllum brasiliensis</i>	caesalpinaceae

FONTE : Sr.Raimundo Graça. Organizado pelo autor.

Após vários anos de reivindicações por parte da população da região do Alto Solimões, o novo governo do Amazonas está levando para a Região Projetos com pretensão de reaquecer a economia dessas cidades e ao mesmo tempo implantar novos paradigmas⁴ que sejam compatíveis com a realidade ecológica hoje vivida.

A partir de reuniões entre representantes da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, SDS, e representantes dos madeireiros e piscicultores, elaborou-se Projetos para Manejo de Reservas Florestais, fora da área de reservas indígenas, para a extração de madeiras (através da Agência de Florestas) e criadouros de peixes (através do IDAM), neste último caso abrangendo também o Município de Tabatinga.

Mais especificamente sobre o manejo sustentável de madeira, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente em convênio com o Ibama, estabeleceram normas e procedimentos que disciplinam a apresentação, tramitação, acompanhamento e condução das atividades desses manejos, sob o título de **Plano de Manejo Florestal Sustentável com Procedimentos Simplificados (PMFSPS)**.

Este plano prevê a extração de madeiras em Glebas Rurais com áreas de até 500 hectares, onde a cada hectare pode ser extraída 1m³ da madeira, ficando o limite máximo em 500m³ de madeira.

Os pedidos de PMFSPS devem ser apresentados ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM - que é quem está autorizada pelo IBAMA à analisar

os pedidos para efeito de licenciamento ambiental e autorização da colheita.

Aqui vale salientar que o convênio firmado entre o IPAAM e o IBAMA autoriza o primeiro a fornecer licenciamento ambiental a projetos que se destinam a explorar glebas rurais de até 500 hectares. Após 500 hectares somente o IBAMA é quem está autorizado a fornecer o referido licenciamento ambiental.

Este PMFSPS não prevê reflorestamento das áreas exploradas. Cada árvore de interesse comercial do solicitante, na área a ser manejada, terá que ser identificada com uma placa com uma numeração em local visível, e afixada no tronco e outro na tora, após o corte. Durante a inspeção para autorização do manejo, em cada árvore que estiver com a placa de identificação para colheita, terá que ter pelo menos uma árvore da mesma espécie com diâmetro inferior ao que está identificada para corte em até 10cm (árvore mãe) e duas árvores da mesma espécie com diâmetro inferior até 20cm (árvore filha) identificada para corte. Isso se faz necessário devido a necessidade de recuperação da área impactada e também para manejos futuros.

Embora haja todo este empenho do governo do estadual e federal em organizar a exploração madeireira, a condição locacional fronteiriça permite que outros caminhos e alternativas sejam buscadas para a continuidade da exploração madeireira. Alguns madeireiros de Benjamin Constant, que são casados com mulheres de nacionalidade peruana, estão se utilizando de facilidades nas leis desse país e estão conseguindo, em nome das esposas, financiamentos em projetos de manejo florestal do governo peruano. Estes alegam que as exigências para se conseguir

financiamento são menos rígidas que no Brasil. Alguns madeireiros conseguiram financiamento para colher até três mil toras de cedro, o que poderá resultar em aproximadamente dois mil metros cúbicos dessa madeira.

Outro dado interessante é que essa madeira, antes mesmo de ser colhida, já está toda vendida para as madeireiras que atuam no município de Islândia, no lado peruano dessa fronteira. De acordo com relatos de pessoas, estas madeireiras funcionam 24 horas, de segunda-feira a Domingo. Estas empresas madeireiras têm toda a sua produção voltada à exportação para o México, sendo as madeiras ucuúba, marupá e andiroba as espécies mais comercializadas com este país centro-americano. Empregam aproximadamente duzentas e cinquenta pessoas de Benjamin Constant, que atravessam diariamente a fronteira em canoas para ir ao trabalho. O período para extração das madeiras é de agosto até janeiro (quando os rios estão na vazante) e transporte até as madeireiras, via fluvial, de janeiro a maio, quando os rios estão enchendo, sendo possível o transporte das madeiras por canais menores.

Considerações Finais

Este estudo pode concluir que a análise das redes permite uma compreensão das formas de inserção de cada lugar num conjunto regional, nacional e mesmo internacional; a existência e a densidade das redes exprimem o nível da divisão territorial do trabalho; os fluxos podem apresentar intensidades diferentes e serem viabilizados ou interrompidos.

No caso particular, em que se verificou a existência das redes numa região de fronteira,

foi possível identificar sua diversidade, as escalas de ocorrência e a maior ou menor fluidez.

Percebeu-se que, dependendo da escala do fenômeno e do ponto de centralização da rede, a fronteira se apresentará mais ou menos rígida. É o caso do transporte urbano local em que ele necessariamente deve ser binacional.

As redes de telecomunicações, pelas características próprias a ela, a sua imaterialidade, a fronteira não se constitui um obstáculo. Além das transmissões – rádio, televisão – os anúncios divulgados pelas rádios servem para consumidores de ambos os lados da fronteira, Tabatinga ou Letícia.

A rede de exploração e comercialização dos recursos naturais – madeira e pescado – tendo como centro a própria fronteira, reúne diversos agentes que circulam na região fronteira, e em vista disso, pouco se submetem à legislação que regula o comércio local, porém internacional.

Um grande desafio se vislumbra hoje na Fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru, e parte da necessidade primeira de fazer com que os municípios, que lá se localizam, encontrem caminhos que façam reaquecer suas economias, garantindo postos de trabalho para sua população, superando inclusive, barreiras institucionais.

Mais que isso, é necessário imaginar, planejar e definir projetos para a fronteira concebendo-a como lugar vivido e não como as definições, pura e simples, existentes na geopolítica clássica. A partir disso é que se pode imaginar a fronteira como ponto de contato na relação que suas populações possuem com ela. De outro modo, ela permanecerá sendo concebida de maneira equivocada e de assombro.

Notas

* Este trabalho resume o resultado final do projeto de pesquisa “Redes Geográficas na Fronteira Brasil/Colômbia, financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas, sob minha coordenação nos anos de 2004 e 2005, com a participação dos bolsistas Roberto Protásio e Lenivaldo Marques.

** Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP).

e-mail: nogueiraricardo@uol.com.br.

¹ Principalmente pelo fato de ser fronteira e não pelo volume de passageiros.

² Os nomes comuns das madeiras acima relacionadas estão em idioma espanhol.

³ Mateiros são pessoas com grande experiência em locomoção no interior da floresta e conhecedora de várias espécies arbóreas, principalmente às de valor comercial. No auge do setor madeireiro, eram contratados por essas empresas para localizar, identificar e registrar o local exato das árvores que seriam colhidas por eles.

⁴ Scholz relata que os novos paradigmas consideram a floresta como um recurso ambiental de uso múltiplo, sendo a produção de madeira subordinada a benefícios ambientais como conservação de espécies, proteção dos ciclos hidrológicos e o uso da floresta como área de recreação.

Referências Bibliográficas

CORREA, Roberto. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand, 1998.

HARVEY, David. *A condição Pós-Moderna*. São Paulo, Ed. Loyola, 1996.

NOGUEIRA, Ricardo José B. *Amazonas: Um Estado Ribeirinho*. Manaus, EDUA, 1999.

NOGUEIRA, Ricardo José B. *A divisão da monstruosidade Geográfica*. Tese de doutoramento, São Paulo, USP, 2002.

NOGUEIRA, Ricardo, MARQUES, Lenivaldo e PROTÁSIO, Roberto. *Relatório de pesquisa “Redes Geográficas na fronteira Brasil/Colômbia”*. Manaus, 2006.